



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Ipameri-GO

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA LEGISLATIVO - ASSISTENTE PARLAMENTAR

CADERNO DE QUESTÕES 13/09/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Ipameri/GO	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Acredite em si mesmo e você será imparável.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

QUESTÃO 01

Leia o texto a seguir.

Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por ter ido na véspera consultar uma cartomante; a diferença é que o fazia por outras palavras.

ASSIS, Machado de. A cartomante. In: ASSIS, Machado de. *Várias histórias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1896. Disponível em: dominiopublico.mec.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2026.

O texto é um fragmento retirado de *A Cartomante*, de Machado de Assis. Na perspectiva da Linguística Textual, a coerência resulta da interação entre os elementos linguísticos do texto e os conhecimentos mobilizados pelo leitor. Por essa perspectiva, observa-se que a

- (A) expressão “a mesma explicação” retoma a referência a Hamlet e contribui para a construção da coerência por meio da articulação entre coesão referencial e intertextualidade.
- (B) citação de Hamlet tem função ilustrativa, pois a coerência do fragmento é construída pelas relações entre conectivos textuais externos e pelos mecanismos de coesão.
- (C) compreensão da narrativa depende da referência intertextual a Hamlet, tornando secundários os mecanismos de coesão responsáveis pela progressão das informações no fragmento.
- (D) expressão “a diferença é que o fazia por outras palavras” rompe a unidade temática do texto ao estabelecer oposição entre a fala de Hamlet e a explicação apresentada por Rita.

QUESTÃO 02

Leia o texto a seguir.

Grupos misóginos têm códigos comuns para se comunicar e difundir ideias. Usam, como estratégia de falsa equivalência, o termo “misandria”, ao definir um suposto movimento de ódio e preconceito contra homens. Alegam, por exemplo, que o feminismo e leis de proteção à mulher são formas institucionalizadas de destruição da masculinidade. [...]

Termos e gírias comuns

Depósito: gíria ofensiva usada em fóruns e redes sociais para se referir às mulheres como um todo, tratando-as meramente como recipientes para o prazer sexual masculino.

80/20: teoria pseudocientífica que afirma que 80% das mulheres competem por apenas 20% dos homens (os mais atraentes ou ricos), deixando o restante dos homens sem opções.

Hypergamy (Hipergamia): crença de que as mulheres buscam apenas parceiros de status social ou financeiro superior ao delas para tirar vantagem.

AWALT (All women are like that): sigla, em inglês, para “todas as mulheres são assim”, usada para estereotipar comportamentos femininos.

Femoids ou FHOs: significa “organismo humanoide feminino”, um termo ofensivo que sugere que mulheres são inferiores aos homens, e até mesmo subumanas.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/entenda-o-que-sao-redpill-e-outros-terminos-de-odio-contra-mulheres>. Acesso em: 25 jun. 2026.

O texto traz fragmentos adaptados da reportagem *Entenda o que são 'redpill' e outros termos de ódio contra mulheres: grupos estimulam violência e defendem hierarquia de gênero na internet*, de Rafael Cardoso, publicada na Agência Brasil em 12 de março de 2026. A estratégia empregada pelo autor para construir os sentidos do texto consiste em

- (A) utilizar recursos metafóricos para reforçar a ideologia defendida pelos grupos analisados, reproduzindo seus significados sem problematizá-los.
- (B) empregar a metalinguagem para explicar o significado de termos e expressões utilizados por determinado grupo social, favorecendo a compreensão do leitor.
- (C) recorrer predominantemente à conotação para atribuir novos significados às expressões apresentadas, substituindo seus usos originais.
- (D) utilizar figuras de linguagem para demonstrar que as gírias apresentadas pertencem à norma-padrão da Língua Portuguesa.

QUESTÃO 03

Leia a charge a seguir.



Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/charge/charge-do-amarildo-trump-e-o-ataque-ao-ira-0120>. Acesso em: 25 jun. 2026.

A partir da leitura integrada dos elementos verbais e não-verbais da charge, infere-se que o autor

- (A) utiliza a metáfora do vespeiro para representar que a provocação ao Irã pode desencadear um conflito de grandes proporções.
- (B) apresenta uma descrição objetiva das relações diplomáticas, limitando-se a representar um fato sem emitir posicionamento crítico.
- (C) enfatiza a caricatura física de Donald Trump, de forma única, atribuindo o efeito de humor à leitura do personagem sem relação com os demais elementos.
- (D) emprega a expressão “cutuca!” em sentido literal, restringindo seu significado ao movimento físico realizado pelo personagem.

QUESTÃO 04

Leia o texto a seguir.

Enquanto todos os olhares do mundo do futebol se voltam nesta quinta-feira (11/6) para a Cidade do México, frente ao jogo inaugural da Copa, os países anfitriões oferecem uma imagem clara do que irá tornar as próximas semanas tão fascinantes e, ao mesmo tempo, tão desafiadoras.

Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/o-mundial-mais-carro-e-mais-politizado-4-pontos-importantes-sobre-a-copa-do-mundo-de-2026/ar-AA25plFS?ocid=BingNewsSerp>. Acesso em: 26 jun. 2026.

Considerando o valor semântico assumido pelo conectivo “enquanto” no contexto, a oração por ele introduzida classifica-se como subordinada adverbial

- (A) causal, pois expressa a razão do acontecimento principal.
- (B) proporcional, pois indica evolução paralela entre os acontecimentos.
- (C) temporal, pois estabelece simultaneidade entre os acontecimentos.
- (D) concessiva, pois exprime contraste entre os acontecimentos.

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Um usuário de Inteligência Artificial solicitou informações sobre inadequações de norma padrão em manchetes de notícias de jornais e obteve as seguintes respostas:

Manchetes de Portais de Notícias

Fonte: Portal G1 (G1 RO / Rede Amazônica) (04/08/2023)
 “O maior índice aconteceu em 2012, quando houveram 6.147 e 44 óbitos.”

Fonte: Portal G1 (Reportagem de Economia/Trabalho) (04/08/2023)
 “Mesmo que exista muitos acidentes no comércio e na indústria, temos um grande número de acidentes não notificados...”

Fonte: Folha de S. Paulo (Cotidiano) (18/03/2022)
 “A contratação de novos profissionais de saúde e segurança pública não supriram a demanda do estado, aponta relatório”

Fonte: UOL Notícias (Política) (22/06/2023)
 “Documentos enviados à CPI seguem anexo, confirma secretaria do tribunal”

OPENAI. ChatGPT (versão de fev. de 2026). Inteligência Artificial. Disponível em: <https://chatgpt.com>. Acesso em: 26 jun. 2026.

A interpretação dos resultados demonstra que as manchetes apresentam desvios de concordância. Os exemplos apresentam inadequações de concordância

- (A) verbal, resultantes da flexão inadequada do verbo em relação ao sujeito expresse ou implícito.
- (B) nominal, resultantes da flexão inadequada de adjetivos em relação aos respectivos substantivos determinados.
- (C) verbal e nominal, decorrentes da flexão inadequada de verbos e adjetivos em diferentes construções sintáticas.
- (D) nominal compatível com a linguagem jornalística, resultantes da flexibilização da norma-padrão.

QUESTÃO 06

Leia a tirinha a seguir.



Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/836713001/As-Cobras-Luis-Fernando-Verissimo-Z-Library>. Acesso em: 26 jun. 2026.

Tendo em conta os mecanismos de construção de sentidos presentes na tirinha, o efeito de humor decorre da

- (A) permanência do sentido atribuído à palavra “chato”, empregada para caracterizar a Terra durante toda a explicação apresentada pelas personagens.
- (B) passagem da explicação científica para uma situação cotidiana, preservando o significado inicialmente atribuído à palavra “chato”.
- (C) reinterpretação polissêmica da palavra “chato”, que passa da descrição da forma da Terra à avaliação dos domingos sem futebol.
- (D) utilização da expressão “manual de instrução”, que confere verossimilhança à situação fictícia construída pelas personagens.

QUESTÃO 07

Leia o texto a seguir.

Era meu irmão quem organizava da Inglaterra as chamadas dominicais de Zoom, nosso turbulento ritual de *lockdown*: dois de nós entravam de Lagos, outros três dos Estados Unidos, e meus pais, às vezes com muitos ecos e chiados, de Abba, a cidade de nossos antepassados no Sudoeste da Nigéria. No dia 7 de junho lá estava meu pai, como de costume só com a testa aparecendo na tela, porque ele nunca sabia muito bem como segurar o telefone durante as chamadas de vídeo. “Mude um pouco a posição do telefone, pai”, dizia um de nós. Meu pai estava provocando meu irmão Okey por causa de um novo apelido, depois disse que não jantou porque tinha almoçado tarde, depois falou sobre o bilionário da cidade vizinha que queria confiscar as terras ancestrais da nossa aldeia. Não estava se sentindo muito bem e andava dormindo mal, mas não precisávamos nos preocupar. No dia 8 de junho, Okey foi visitá-lo em Abba e disse que ele parecia cansado. No dia 9, não me alonguei muito em nossa conversa para ele poder descansar. Ele riu baixinho quando fiz minha imitação brincalhona de um parente. “Ka chi fo”, disse. Boa-noite. Suas últimas palavras para mim. No dia 10 de junho, ele se foi. Meu irmão Chuks me ligou para avisar, e eu desmoronei.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Notas sobre o luto*. Tradução de Fernanda Abreu. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

O texto foi extraído do livro de Chimamanda Adichie intitulado *Notas sobre o luto*. Analisando a organização textual do fragmento, a progressão dos acontecimentos constrói-se por meio da

- (A) sequenciação temporal dos fatos, organizada por marcadores cronológicos que conduzem o leitor da rotina familiar ao desfecho da narrativa.
- (B) descrição minuciosa dos espaços, organizada por marcadores locativos que privilegiam a caracterização dos ambientes em detrimento das ações.
- (C) exposição argumentativa das ideias, organizada por conectivos explicativos que procuram convencer o leitor acerca da gravidade da situação narrada.
- (D) enumeração de características das personagens, organizada por expressões qualificadoras que privilegiam a descrição psicológica.

QUESTÃO 08

Leia o texto a seguir.

A dignidade dos pacientes mineiros sofre uma ameaça estrutural com a implantação sem limites de triagens automatizadas nas emergências hospitalares. O uso de inteligência artificial preditiva na saúde promete agilidade no diagnóstico de doenças graves e a otimização necessária na gestão de leitos. No entanto, o repasse dessas decisões vitais a softwares desenvolvidos fora do Brasil cria um ambiente propício para a exclusão estatística silenciosa e arbitrária.

A legislação em debate no Congresso Nacional necessita proibir o bloqueio de tratamentos baseado exclusivamente em cálculos probabilísticos de código fechado. O adoecimento humano escapa à lógica binária e exige empatia soberana na linha de frente do atendimento.

O controle das informações genéticas e dos prontuários médicos constitui o maior tesouro econômico das corporações de saúde no século XXI. O envio rotineiro do histórico clínico da nossa população para servidores privados de gigantes da tecnologia fere de morte a privacidade do paciente assistido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/opiniao/opiniao/a-ultima-palavra-deve-ser-do-medico-os-limites-da-ia-na-saude-1.1122373?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 26 jun. 2026.

Na leitura do excerto, observa-se que, na organização argumentativa do texto, a defesa da tese apoia-se predominantemente em

- (A) argumentos de causa e consequência, ao relacionar a adoção irrestrita de sistemas automatizados aos riscos éticos, jurídicos e sociais decorrentes dessa prática.
- (B) argumentos de autoridade, ao fundamentar a defesa da tese em posicionamentos de especialistas, pesquisadores e instituições científicas da área da saúde.
- (C) argumentos de exemplificação, ao narrar casos concretos de pacientes prejudicados por decisões tomadas exclusivamente por sistemas de inteligência artificial.
- (D) argumentos por analogia, ao estabelecer comparações entre o funcionamento da inteligência artificial e os procedimentos tradicionalmente adotados pelos profissionais da medicina.

QUESTÃO 09

Leia o texto a seguir.

Poema tirado de uma notícia de jornal

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no Morro da Babilônia num barracão sem número.
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

BANDEIRA, Manuel. Poema tirado de uma notícia de jornal. In: BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem*. 2. ed. São Paulo: Global, 2013.

Infere-se, a partir da leitura do poema de Manuel Bandeira, que o principal efeito de sentido é produzido pela

- (A) descrição da rotina do personagem, construída para evidenciar a normalidade de seu cotidiano antes dos acontecimentos finais.
- (B) referência aos espaços urbanos, utilizada para contextualizar a narrativa e destacar a condição social do personagem.
- (C) aproximação entre a linguagem literária e a jornalística, transformando um fato cotidiano em objeto de reflexão sobre a condição humana.
- (D) sequência de ações apresentada em versos breves, intensificando o contraste entre um momento de aparente celebração e o desfecho trágico.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

No meu peito a mesma dor
Que afoga
Faz lembrar tudo que sou
Sou mais
Sou mais
Mesma pele a mesma cor
E sonho
Pra vibrar feito tambor
Guiar meu peito
Todo choro de rancor
Se apague
Nossas filhas verão mais amor que nós
E ouça essa voz
Sonho sob meus pés
Que as minhas mãos
Só toquem ouro
Oração dos meus pais
E bem mais atrás
Nosso tesouro
Que essa pele marrom
Suba o tom se for preciso
Muito além dessa dor
Bem mais amor
Eu sei pelo que brigo.

JOTA.PÊ. Ouro Marrom. In: JOTA.PÊ. *Se o Meu Peito Fosse o Mundo*. Rio de Janeiro: SLAP/Som Livre, 2024. 1 faixa (4 min 38 s). Disponível em: plataformas de streaming. Acesso em: 26 jun. 2026.

O texto é um trecho da canção *Ouro Marrom*, do cantor e compositor Jota.pê. A partir da construção do texto, infere-se que o eu lírico elabora sua identidade discursiva mediante a

- (A) valorização da experiência individual como negação da superação das desigualdades historicamente vivenciadas.
- (B) idealização do passado familiar como espaço de harmonia, cuja recuperação constitui condição para a transformação do presente.
- (C) articulação entre memória ancestral, pertencimento étnico-racial e projeção de um horizonte coletivo de emancipação.
- (D) representação da dor como experiência definitiva, conduzindo o sujeito poético à aceitação da realidade social em que está inserido.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questões de 11 a 15**

QUESTÃO 11

Considere as seguintes proposições lógicas:

p : "O projeto é aprovado."
 q : "O orçamento é liberado."
 r : "A equipe faz hora extra."

A partir delas, construiu-se a proposição composta t : "Se o projeto não for aprovado ou o orçamento não for liberado, então a equipe terá que fazer hora extra". Do ponto de vista da lógica matemática, qual é a proposição equivalente à proposição t ?

- (A) O projeto é aprovado e o orçamento é liberado, ou a equipe terá de fazer hora extra.
- (B) O projeto é aprovado ou o orçamento é liberado, ou a equipe terá de fazer hora extra.
- (C) Se a equipe não tiver que fazer hora extra, então o projeto não será aprovado e o orçamento não será liberado.
- (D) Se o projeto for aprovado e o orçamento for liberado, então a equipe não terá que fazer hora extra.

QUESTÃO 12

Leia o texto a seguir.

O artigo 12 do Real Decreto 255/2025, de 1 de abril, estabelece que o Documento Nacional de Identidade (DNI) da Espanha é um código composto por um número de 8 dígitos seguido de uma letra de verificação.

Para verificar o DNI, analisa-se o resto da divisão entre o número que compõe o código e 23, com base na tabela a seguir. Por exemplo, se o DNI é 12345678Z, divide-se 12.345.678 por 23, o que resulta em resto igual a 14. Assim, de acordo com a tabela, verifica-se que a letra, de fato, é Z.

Resto	Letra	Resto	Letra
0	T	12	N
1	R	13	J
2	W	14	Z
3	A	15	S
4	G	16	Q
5	M	17	V
6	Y	18	H
7	F	19	L
8	P	20	C
9	D	21	K
10	X	22	E

ESPAÑA. Ministério do Interior. *Cálculo del dígito de control del NIF/NIE*.

Disponível em: <https://www.interior.gob.es/opencms/es/servicios-al-ciudadano/tramites-y-gestiones/dni/calculo-del-digito-de-control-del-nif-nie/>.
[Adaptado].

Considere o DNI de um espanhol que, por desgaste do tempo, contém os dois últimos dígitos numéricos ilegíveis, do seguinte modo:

1	4	8	5	1	2	#	#	K
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Com base nessas informações, as diferentes possibilidades para os dois dígitos ilegíveis são

- (A) 13, 36, 59 e 82.
- (B) 21, 44, 67 e 90.
- (C) 05, 28, 51 e 74.
- (D) 08, 31, 54 e 77.

QUESTÃO 13

Leia o texto a seguir.

A Sequência Audioativa

Considere a seguinte sequência de números: 1, 11, 21, 1211, 111221... Para analisar como a sequência é formada, é útil dizer os termos em voz alta. É de salientar que o segundo termo, $a_2=11$, é composto por “dois uns”, formando 21, ou seja, o terceiro termo da sequência, $a_3=21$. Por sua vez, o quarto termo é composto, nessa ordem, por “um dois e um um”, portanto, $a_4=1211$. Prolongando este padrão, pode gerar-se uma sequência que foi amplamente estudada pelo matemático John Conway, que a designou por processo “audioativo”.

Dentre outros aspectos, o matemático observou que essa sequência cresce de forma muito rápida e que não há dígitos superiores a 3 entre os algarismos dos termos da sequência.

PICKOVER, Clifford A. *O livro da matemática: de Pitágoras à 57ª dimensão*, 250 marcos da história da matemática. Librero, 2011. 528 p.
[Adaptado].

Com base nessas informações, a sequência audioativa atinge a ordem dos bilhões e dos trilhões, respectivamente, nos termos

- (A) a_6 e a_7 .
- (B) a_7 e a_8 .
- (C) a_8 e a_9 .
- (D) a_9 e a_{10} .

QUESTÃO 14

Leia o caso a seguir.

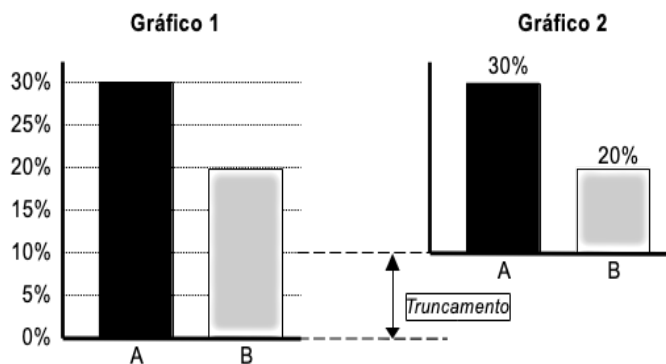
Uma gráfica recebeu uma solicitação de orçamento para impressão e entrega de panfletos publicitários. O cliente solicitou o orçamento da impressão e do frete de 100 mil panfletos, cada um no formato retangular, com 30 cm de comprimento e 20 cm de largura, impressos em papel com gramatura de 150 g/m². Para essa quantidade, a gráfica cobra R\$ 35,00 por quilo de papel utilizado na impressão. O serviço de frete é gratuito para lotes com até 90 kg de papel, sendo cobrado R\$ 0,80 por quilo, referente ao que exceder esse limite.

De acordo com os dados apresentados no caso, o orçamento feito pela gráfica, considerando a impressão dos panfletos e o frete, totalizou

- (A) R\$ 31.500,00.
- (B) R\$ 32.148,00.
- (C) R\$ 32.220,00.
- (D) R\$ 35.148,00.

QUESTÃO 15

Analise os gráficos a seguir.



Algumas vezes, gráficos estatísticos são construídos no intuito de enviesar a interpretação visual do leitor. É o caso do gráfico 2, construído a partir do gráfico 1, por meio do truncamento do eixo horizontal, deslocando-o para a marca correspondente a 10%, no gráfico 1. Apesar de o restante do gráfico não ter sido modificado, a manipulação altera a percepção visual ao comparar as colunas. Com base nessas informações, considere x a razão entre o comprimento vertical da coluna A e o comprimento vertical da coluna B, no gráfico 1. De modo similar, considere que y é a mesma razão entre os comprimentos das colunas, mas no gráfico 2. Desse modo, $\frac{y}{x}$ é aproximadamente igual a

- (A) 33%.
- (B) 50%.
- (C) 75%.
- (D) 133%.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE IPAMERI/GO
Questões de 16 e 20

QUESTÃO 16

Ipameri, no estado de Goiás, teve a sua emancipação político-administrativa pela Lei nº 446, de 12 de setembro de 1870, quando foi desmembrada de Catalão, tendo por sede administrativa a vila que foi instalada em 1873, sob a denominação de Entre Rios. Outra lei a elevou à categoria de cidade, título honorífico concedido tanto no Império quanto na República para laurear formações urbanas de uma dignidade peculiar, dando foros de modernidade, urbanidade e civismo, atendendo a valores da época. Qual foi a lei que elevou a antiga Entre Rios, hoje Ipameri, à categoria de cidade?

- (A) Lei nº 623, de 15 de abril de 1880.
- (B) Lei nº 841, de 20 de setembro de 1888.
- (C) Lei nº 29, de 29 de agosto de 1901.
- (D) Lei nº 42, de 26 de março de 1904.

QUESTÃO 17

A diocese de Ipameri foi criada em 1966, pelo Papa Paulo VI, agrupando 19 cidades em uma circunscrição eclesiástica católica, com sede em Ipameri, sob a administração do primeiro bispo, dom Gilberto Pereira Lopes (1966-1975), elevando à categoria de catedral a igreja matriz do Divino Espírito Santo. Tal igreja matriz era a sede da paróquia criada no Império, sob o título de Freguesia do Divino Espírito Santo de Entre Rios. Freguesia no Brasil Imperial equivaleria à paróquia, em termo canônico, e distrito, em termo administrativo, já que na Constituição de 1824, a Igreja era unida ao Estado, pelos laços do sistema do padroado, e a criação de uma freguesia em uma certa localidade era o primeiro passo de organização do estado para aquela sociedade. Qual foi a lei imperial que criou a freguesia de Entre Rios, hoje Ipameri?

- (A) Lei nº 19, de 11 de fevereiro de 1736.
- (B) Lei nº 5, de 5 de dezembro de 1840.
- (C) Lei nº 2, de 31 de julho de 1845.
- (D) Lei nº 59, de 15 de julho de 1873.

QUESTÃO 18

Segundo a Constituição Estadual de Goiás, de 5 de outubro de 1989, Seção III, que trata dos bens do estado, no art. 7º, são bens do estado os que atualmente lhe pertençam, e os que lhe vierem a ser atribuídos. De acordo com o art. 7º da Constituição Estadual, o que de fato pertence ao estado de Goiás?

- (A) As águas superficiais ou subterrâneas, exceto as de obras da União.
- (B) As ilhas fluviais e lacustres, mesmo que estejam sob a tutela da União.
- (C) As terras devolutas, mesmo as compreendidas entre as da União.
- (D) Os rios que banhem mais de um município do estado de Goiás.

QUESTÃO 19

Diferente de outros estados brasileiros, o estado de Goiás não possui uma data magna, como o estado da Bahia possui o 2 de junho de 1823, data em que ocorreu a consolidação da independência do Brasil, através de luta militar e popular, culminando na expulsão das tropas portuguesas que resistiam ao 7 de setembro de 1822. O mesmo caso se aplica ao estado de Pernambuco, com o 6 de março de 1817, a Revolução Pernambucana, e ao estado de São Paulo, com o 9 de julho de 1932, a Revolução Constitucionalista, datas de seus feriados estaduais, eleitas como datas magnas. No estado de Goiás, nosso único feriado estadual faz memória

- (A) ao dia 7 de outubro de 1726, dia de Nossa Senhora do Rosário, cuja capela foi a primeira a ser construída em terras goianas por Bartolomeu Bueno da Silva, no Arraial da Barra da Palma, hoje extinto.
- (B) ao dia 25 de julho de 1727, véspera do dia de Sant'Anna, padroeira de Goiás, cuja capela foi a segunda inaugurada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, fundando o Arraial de Sant'Anna, posteriormente, Goyaz.
- (C) ao dia 8 de dezembro de 1728, dia de Nossa Senhora da Conceição, capela era uma das mais antigas, foi transferida para Flores em 1777, depois foi reconstruída fundando a Arraial dos Couros, hoje, Formosa.
- (D) ao dia 7 de outubro de 1731, dia de Nossa Senhora do Rosário, fundação do Arraial de Meia Ponte por Manoel Rodrigues Thomar, cuja capela foi construída, dando origem ao que seria Pirenópolis.

QUESTÃO 20

A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas vigente foi aprovada pela Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Resolução (PR) nº 51, de 31 de julho de 1989. A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das unidades federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. De acordo com a Resolução da Presidência (PR) nº 11, de 5 de junho de 1990, Goiás é dividido em cinco mesorregiões: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano. Com o passar dos anos, sem ainda ter sido oficializado, quais foram as duas mesorregiões adicionadas ao Estado de Goiás?

- (A) Araguaia e Extremo Oeste Goiano.
- (B) Planalto Central e Extremo Leste Goiano.
- (C) Sudoeste e Nordeste Goiano.
- (D) Vale do Paranaíba e Extremo Sul Goiano.

RASCUNHO

ANALISTA LEGISLATIVO - ASSISTENTE PARLAMENTAR

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos

- (A) naturalizados, na forma de decreto regulamentar.
- (B) estrangeiros, na forma da lei.
- (C) estrangeiros, na forma de decreto regulamentar.
- (D) naturalizados, na forma de convenções internacionais de direitos humanos.

QUESTÃO 22

Conforme determina a Constituição Federal de 1988, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem

- (A) dados pessoais de autoridades ou servidores públicos.
- (B) averiguações pessoais de autoridades ou servidores públicos.
- (C) promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (D) informações pessoais de gestores públicos.

QUESTÃO 23

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei,

- (A) ressalvada qualquer ação penal que culmine em reclusão.
- (B) exceto ações que envolvam penas privativas de liberdade.
- (C) ressalvada qualquer ação penal.
- (D) sem prejuízo da ação penal cabível.

QUESTÃO 24

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, para mandato de quatro anos, deverá ser realizada mediante pleito

- (A) direto e simultâneo.
- (B) direto e assíncrono.
- (C) indireto e simultâneo.
- (D) indireto e assíncrono.

QUESTÃO 25

Conforme previsão constitucional, qual norma deverá reger o Município, a ser votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará?

- (A) Constituição bicameral.
- (B) Constituição municipal.
- (C) Lei complementar.
- (D) Lei orgânica.

QUESTÃO 26

As contas dos Municípios ficarão por quantos dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei?

- (A) Trinta.
- (B) Sessenta.
- (C) Noventa.
- (D) Cem.

QUESTÃO 27

De acordo com a Constituição Federal de 1988, trata-se de competência material do município

- (A) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações.
- (B) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpage, em forma associativa.
- (C) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (D) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

QUESTÃO 28

Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Ipameri, qual é o número atual de vereadores naquela municipalidade?

- (A) 11.
- (B) 13.
- (C) 18.
- (D) 23.

QUESTÃO 29

Conforme a Lei Orgânica do Município de Ipameri, a Câmara Municipal se reunirá em sessões

- (A) regimentais e regulares.
- (B) típicas, atípicas e regulares.
- (C) ordinárias, extraordinárias ou solenes.
- (D) deliberativas, privativas e exclusivas.

QUESTÃO 30

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ipameri, a Câmara reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pela maioria de seus membros ou, com os demais vereadores, quando convocada por

- (A) integralidade da Câmara.
- (B) um terço da Câmara.
- (C) maioria relativa da Câmara.
- (D) maioria absoluta da Câmara.

QUESTÃO 31

Os membros da Mesa são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas, por este Regimento, ou delas se omitam, mediante resolução aprovada por

- (A) maioria simples dos membros da Câmara, em votação aberta, assegurada ampla defesa.
- (B) maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação secreta, assegurada ampla defesa.
- (C) maioria relativa dos membros da Câmara, em votação secreta, independentemente de ampla defesa.
- (D) maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação aberta, independentemente de ampla defesa.

QUESTÃO 32

Em consonância com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ipameri, toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação desse Regimento Interno, sua aplicação ou sua legalidade é denominada

- (A) questão de ordem.
- (B) aparte.
- (C) impugnação.
- (D) retificação.

QUESTÃO 33

Consoante o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ipameri, toda matéria político-administrativa, sujeita à deliberação da Câmara, será objeto de

- (A) projeto de resolução ou de decreto legislativo.
- (B) projeto de lei ou emenda à Constituição Estadual.
- (C) emenda à Constituição Estadual.
- (D) emenda à lei complementar.

QUESTÃO 34

De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, qual é o fenômeno que ocorre com palavras semelhantes (mas não idênticas) quanto à grafia ou à pronúncia?

- (A) Paralelismo.
- (B) Homonímia.
- (C) Paronímia.
- (D) Axiologia.

QUESTÃO 35

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, a parte do ato que o qualifica na ordem jurídica e o situa no tempo, por meio da denominação, da numeração e da data, devendo ser grafadas em maiúsculas e sem ponto final é o(a)

- (A) sanção.
- (B) preâmbulo.
- (C) ementa.
- (D) epígrafe.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

Durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Ipameri, o setor de tecnologia e a secretaria legislativa implementaram um novo fluxo de tramitação digital de projetos de lei e de consolidação das atas oficiais. Para garantir a validade jurídica dos atos normativos desmaterializados e das deliberações assinadas digitalmente pelos vereadores, a Mesa Diretora determinou a exigência de assinaturas eletrônicas qualificadas.

Diante desse cenário hipotético, a adoção de tal modalidade de assinatura visa à

- (A) garantia do não repúdio, da integridade e da autoria dos atos normativos desmaterializados, com base em certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).
- (B) eliminação da necessidade de aprovação das atas em sessão plenária subsequente, operando-se a validação tácita do texto por decurso de prazo.
- (C) dispensa do arquivamento permanente dos documentos digitais, transferindo-se o ônus da custódia histórica para os provedores de internet particulares.
- (D) permissão para a alteração retroativa do teor das deliberações parlamentares gravadas, prescindindo da lavratura de termos de retificação.

QUESTÃO 37

No encerramento do segundo quadrimestre do exercício financeiro, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Município de Ipameri apontou uma Receita Corrente Líquida (RCL) acumulada de R\$ 100.000.000,00. Para que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo Municipal –computados os salários dos servidores e os subsídios dos vereadores – permaneça rigorosamente dentro dos limites máximos estipulados pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o valor desses gastos setoriais, no período de referência, não poderá exceder a

- (A) R\$ 3.000.000,00, calculados de forma isolada apenas no balanço do encerramento anual.
- (B) R\$ 6.000.000,00, computados formalmente ao final de cada quadrimestre de referência.
- (C) R\$ 60.000.000,00, vedada a inclusão de quaisquer transferências constitucionais correntes.
- (D) R\$ 10.000.000,00, calculados sobre as transferências do Fundo de Participação dos Municípios.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

A Câmara Municipal de Ipameri firmou um contrato administrativo com uma empresa de engenharia consultiva para a prestação de serviços técnicos de auditoria predial por escopo na sede do Legislativo. No entanto, o início da execução dos trabalhos sofreu um atraso de 45 dias decorrente da demora exclusiva da própria Administração na entrega dos projetos básicos e na liberação de acesso ao prédio.

Nesse caso, o órgão, seguindo a Lei nº 14.133/2021, deve realizar a

- (A) rescisão unilateral imediata por parte do contratado com a dispensa de prévia notificação judicial ou administrativa ao órgão legislativo.
- (B) absorção integral dos prejuízos financeiros pela empresa executora como condição para a manutenção de sua regularidade fiscal perante o Município.
- (C) devolução do prazo ao contratado pelo período correspondente ao atraso, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença.
- (D) aplicação compulsória de multas moratórias à autoridade ordenadora de despesas, sem prejuízo da anulação do empenho orçamentário original.

QUESTÃO 39

No que tange à compatibilidade orçamentária no âmbito municipal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) serve para

- (A) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispor sobre as alterações na legislação tributária e metas fiscais.
- (B) instituir o plano plurianual de investimentos de capital de forma autônoma e dissociada das diretrizes fixadas pela União.
- (C) autorizar de maneira ilimitada a abertura de créditos suplementares sem a indicação dos recursos correspondentes.
- (D) fixar as despesas correntes do Município para o período de dez anos, vedada qualquer espécie de revisão anual.

QUESTÃO 40

O princípio da publicidade, estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), consolidou a transição do segredo como regra para o segredo como exceção. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, a concretização desse mandamento constitucional impõe uma postura proativa das Câmaras de Vereadores na difusão dos dados de gestão. Considerando as diretrizes legais acima descritas e a aplicação prática dos preceitos da transparência ativa na estrutura do Poder Legislativo Municipal, constata-se que o cumprimento desse dever institucional impõe a

- (A) cobrança de taxas administrativas do cidadão que requerer certidões ou cópias físicas relativas a despesas com pessoal da Câmara Municipal.
- (B) divulgação obrigatória e independente de requerimento, em sítio eletrônico oficial, de informações de interesse coletivo ou geral.
- (C) exigência de justificativa motivada acerca dos fins que ensejaram a busca de dados de interesse público pelo particular no balcão da Ouvidoria.
- (D) classificação de todas as prestações de contas de diárias de viagens dos vereadores sob a salvaguarda do sigilo por segurança nacional.

QUESTÃO 41

Em conformidade com as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), o tratamento de dados pessoais realizado pelos órgãos e entidades do Poder Legislativo para o cumprimento de suas obrigações legais exige a

- (A) dispensa dos princípios da finalidade e da necessidade em razão da soberania inerente à atividade parlamentar.
- (B) transferência do banco de dados funcionais a entidades sindicais sem o conhecimento dos respectivos titulares.
- (C) indicação das hipóteses legais que justificam o tratamento, zelando pelos direitos de privacidade.
- (D) eliminação imediata de todos os cadastros de servidores efetivos após o encerramento de cada legislatura municipal.

QUESTÃO 42

Considerando as balizas que regem a alteração unilateral dos contratos de serviços técnicos por escopo e a força vinculante da matriz de riscos da Lei nº 14.133/2021, constata-se que a modificação do projeto original por iniciativa do órgão público, decorrente de erro metodológico imputável exclusivamente à própria Administração, enseja a

- (A) assunção integral dos custos extraordinários de adaptação pela empresa contratada nas hipóteses em que o edital contiver cláusula genérica de transferência de riscos operacionais.
- (B) recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante aditamento, independentemente de a matriz de riscos prever a responsabilidade do contratado por imprevistos técnicos gerais.
- (C) rescisão de pleno direito do vínculo contratual com a dispensa de indenização pelos serviços já executados, ante a configuração de fato da administração por erro de planejamento.
- (D) aplicação imediata de penalidade moratória ao consórcio executor em virtude do retardamento do cronograma físico gerado pela necessidade de readequação da planilha orçamentária.

QUESTÃO 43

Tratando-se de atas de sessões plenárias e textos originais de leis promulgadas pela Câmara Municipal de Ipameri, esses registros integram o patrimônio documental e histórico do município, atraindo regras protetivas diferenciadas. Considerando as diretrizes gerais de arquivologia pública e as regras de destinação final de documentos dotados de valor histórico e probatório, constata-se que a gestão do acervo permanente da Câmara Municipal impõe a

- (A) eliminação dos originais em suporte físico após a respectiva digitalização e inserção em repositórios virtuais em nuvem.
- (B) limitação do acesso público aos textos originais de leis antigas com o objetivo de evitar o desgaste material decorrente do manuseio ordinário.
- (C) guarda definitiva e inalienável desses registros oficiais, sendo vedada qualquer espécie de descarte ou destruição do material histórico.
- (D) terceirização da custódia do arquivo histórico a entidades privadas sem fins lucrativos para mitigar custos de conservação ambiental.

QUESTÃO 44

Diante do princípio da programação e da necessária harmonia entre os instrumentos orçamentários na condução das finanças públicas, a inclusão de um programa de modernização tecnológica na Lei Orçamentária Anual (LOA) pressupõe a

- (A) previsão ou compatibilidade prévia da despesa de capital com as metas e diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual em vigor.
- (B) autorização discricionária outorgada pelo Tribunal de Contas dos Municípios mediante parecer técnico emitido após a sanção da lei.
- (C) renúncia de receitas tributárias obrigatórias próprias pelo Município como forma de compensação ao acréscimo de despesas correntes.
- (D) aprovação unânime de emenda parlamentar impositiva na fase de discussão prévia nas comissões de finanças e orçamento.

QUESTÃO 45

Considerando a aplicação peremptória das restrições fiscais fixadas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a assunção de obrigação de despesa nos últimos oito meses de mandato exige a

- (A) chancela prévia da Mesa Diretora da Câmara Municipal por meio de decreto legislativo de urgência de natureza irrevogável.
- (B) transferência automática do saldo devedor excedente para a dotação de pessoal do Poder Executivo sob a forma de solidariedade institucional.
- (C) dispensa de prévia dotação orçamentária nas hipóteses em que a contratação envolver serviços de assessoria jurídica parlamentar.
- (D) existência de suficiente disponibilidade de caixa para sua integral satisfação, ou de parcelas a serem pagas no exercício seguinte com igual cobertura.

QUESTÃO 46

O uso de sistemas informatizados de apoio ao processo legislativo e à gestão administrativa nas Câmaras Municipais converteu-se em pilar de eficiência e transparência. Contudo, o desenvolvimento ou a contratação de softwares e plataformas digitais pelo Poder Público não pode criar monopólios tecnológicos ou barreiras de acesso ao cidadão. O ordenamento jurídico pátrio orienta que os sistemas públicos de informação adotem padrões abertos de tecnologia, garantindo a interoperabilidade de dados e facilitando a extração de relatórios em formatos estruturados e legíveis por máquina. À luz das diretrizes de governança digital e transparência que balizam a implantação de novos sistemas informatizados de controle de votações e gestão administrativa, a escolha dessas ferramentas baliza-se pela

- (A) adoção de formatos proprietários fechados de armazenamento de dados com vistas a blindar o sistema contra acessos externos incidentais.
- (B) observância de padrões abertos de tecnologia que assegurem a portabilidade dos dados e o livre acesso às informações institucionais.
- (C) limitação do acesso aos códigos-fonte exclusivamente aos membros da Mesa Diretora para resguardo da soberania tecnológica local.
- (D) cobrança de taxas de assinatura digital dos usuários externos para o custeio da manutenção dos servidores e da infraestrutura de rede.

QUESTÃO 47

Considerando o regime de exceções à regra da publicidade disciplinado pela Lei de Acesso à Informação no âmbito das instituições públicas municipais, o indeferimento de um pedido de acesso a determinado documento sob o argumento de sigilo pressupõe a

- (A) anuência expressa do Plenário da Câmara manifestada por meio de escrutínio secreto em sessão ordinária.
- (B) edição de decreto de utilidade pública assinado pelo Prefeito Municipal avocando para si a guarda exclusiva dos autos legislativos.
- (C) indicação formal da justificativa legal, do prazo de classificação e da autoridade responsável pela declaração restritiva.
- (D) demonstração do prejuízo de natureza político-partidária que a divulgação traria à imagem institucional do parlamento local.

QUESTÃO 48

Em conformidade com as regras que tutelam os direitos do titular de dados pessoais perante os órgãos públicos, o cidadão, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados, tem o direito de obter a

- (A) confirmação da existência de tratamento e o acesso facilitado aos seus dados pessoais guardados nos bancos do órgão.
- (B) alteração unilateral e retroativa do teor de certidões administrativas oficiais que contenham dados de interesse público.
- (C) exclusão imediata de seus registros cadastrais de natureza fiscal e previdenciária necessários ao cumprimento de obrigação legal.
- (D) indenização financeira tarifada e automática independentemente da comprovação de ocorrência de dano efetivo ou vazamento.

QUESTÃO 49

O princípio da segregação de funções, em especial, ganhou contornos de norma cogente de controle interno, visando a impedir a concentração de competências críticas em um único agente, o que mitigaria a ocorrência de erros e fraudes nos certames. Considerando o feixe de princípios esculpidos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a efetivação do princípio da segregação de funções veda a

- (A) participação de empresas sediadas fora do território do Estado de Goiás em concorrências públicas destinadas a serviços comuns.
- (B) designação de um mesmo agente público para atuar simultaneamente em fases suscetíveis de conflito de interesses no mesmo processo.
- (C) contratação de assessoria técnica externa especializada para o apoio na elaboração de termos de referência e editais complexos.
- (D) cumulação das atribuições de fiscal e de gestor do contrato nas hipóteses de aquisição de bens de consumo de entrega imediata.

QUESTÃO 50

Com base nas regras sancionatórias da Lei nº 14.133/2021, diante do inadimplemento contratual de uma empresa prestadora de serviços continuados, a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar exige a

- (A) homologação sumária da punição administrativa pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
- (B) instauração de processo administrativo de responsabilização conduzido exclusivamente por comissão parlamentar de inquérito.
- (C) dispensa da fase de instrução probatória em razão da configuração evidente do atraso na entrega das parcelas do escopo.
- (D) condução do feito por processo administrativo sancionatório, sendo a competência para a aplicação da pena exclusiva do Ministro de Estado ou Secretário.

RASCUNHO